

Municípios preparam *lobby*

Quércia propõe mais pressão sobre os constituintes

EUGENIO NOVAES



Orestes Quercia preside a reunião da Frente Municipalista e define as estratégias

Ivo acusa a oposição pelo confinamento

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, fez ao presidente José Sarney um relato sobre a situação crítica do Estado. Ele acusou os partidos políticos oposicionistas — PT, PDT e PDS — de serem os responsáveis pelas manifestações que estão sendo feitas em Santa Catarina, especialmente ao confinamento a que foi vítima segunda-feira quando passou mais de seis horas impedido de sair do palácio do governo.

Para Pedro Ivo, o movimento "foi reflexo de estado de ânimo e excitação provocado por setores inconformados de terem perdido o governo, por funcionários públicos e professores da rede estadual de ensino, que estão desejando uma solução favorável", pois estão em greve. Ele acusou especificamente o vice-presidente regional do PT, Euclides Mescolatto, assim com os grupos ligados ao governo anterior.

Pedro Ivo foi pedir Cz\$ 3,6 bilhões ao presidente Sarney para resolver a situação do Estado.

Gaúchos discutem o parlamentarismo

Porto Alegre — "Parlamentarismo ou presidencialismo: a opção brasileira". Este foi o tema do painel de abertura do 8º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, iniciado ontem na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

A vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, professora Rosa Russomano, defendeu o parlamentarismo por ser um regime onde "o povo é o fiel da balança". Segundo ela, o presidencialismo no Brasil nunca existiu na sua essencialidade e substância.

O parlamentarismo também foi defendido pelo professor da PUC de São Paulo, procurador do Estado e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Celso Bastos. Na opinião dele, o

presidencialismo hoje só é utilizado nos países da América Latina e da África "para encobrir regimes militares e falsamente democráticos, onde o povo só pode manifestar sua opinião uma vez, na eleição, enquanto o parlamentarismo é um regime que pode a todo o instante destituir o governo para colocá-lo de acordo com a vontade do povo".

Já o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-procurador da República, Clovis Ramallete, afirmou ter receio do parlamentarismo por ser um regime "que institui a crise". Ele defende o presidencialismo dizendo que o Brasil, por seu tamanho, problemas sociais, econômicos, atraso e diversidade de riquezas, precisa de planejamento e de um governo contínuo e não de um sistema que já traz, na sua essência, a receita para as crises.

Sob a presidência do governador Orestes Quercia, a Frente Municipalista Nacional reuniu ontem, a partir das 11 horas, no auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados, sua diretoria e coordenadores estaduais, para definir sua estratégia com o objetivo de pressionar os constituintes a incluírem suas propostas na futura Constituição. Quercia, que preside a entidade, acredita que a estratégia terá êxito, e lembrou que "no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral já existe algumas conquistas importantes, na medida em que a arrecadação municipal é ampliada".

Nosso objetivo é um município brasileiro fortalecido, por isto, além desse trabalho para a Constituinte, nós estamos tratando também da reforma tributária de emergência, lembrou o governador.

Ele disse também que "a rolagem das dívidas dos municípios, anunciada pelo Governo Federal, evidentemente ajuda muito na medida em que eles podem ficar devendo 100 por cento de suas dívidas, inclusive sem pagamento de juros". Ele considerou a medida "uma atenção especial que o Governo dá aos municípios".

"O que tem ocorrido até agora na Constituinte é apenas razoavelmente bom para os municípios, por isto nós estamos reunidos hoje (ontem) para traçar nossa estratégia e melhorar as propostas", explicou o governador. A reunião de ontem decidiu pela criação de uma comissão formada por todos os coordenadores estaduais, para levantar questões de interesse municipalista na área tributária e na questão da independência política. Esta comissão se reunirá novamente em Brasília no dia 27 próximo, quando irá aprovar, com a diretoria da frente as propostas que serão encaminhadas à Constituinte através dos deputados Vasco Alves (PMDB-ES) e Airton Sandoval (PMDB-SP).

O presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Arnaldo Coneglian, que coordena a frente em seu Estado, disse que "Os municipalistas têm muita esperança na Constituição".